

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S.PAULO

Av. Engº Caetano Álvares, 55 – 856-2122 (PABX) – CEP 02598  
 São Paulo – SP – Caixa Postal 8005 – CEP 01051 SP – E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 – Fáx 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
 (1927 - 1969)

**Diretor Responsável**

RUY MESQUITA

**Diretores**

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveros S. Ferreira

**Diretor de Unidade**

Ruy Mesquita Filho

**Diretor de Redação**

Fernão L. Mesquita

**Editor Chefe**

Celso Kinjo

**Diretor Superintendente**

Francisco Mesquita Neto

**Diretor Comercial**

Orlando Marques

**Diretor Agência Estado**

Rodrigo L. Mesquita

## A responsabilidade do Congresso

Quando os deputados e senadores saíram em férias há um mês, o País respirava um clima de moderado otimismo, em função do desempenho da economia — inflação relativamente contida, ligeira recuperação do emprego e dos negócios na indústria e no comércio — e do comportamento da nova equipe econômica. Hoje, o Congresso Nacional reabre suas portas com um quadro totalmente diverso: os agentes econômicos estão novamente inquietos e temendo o pior depois da divulgação do índice de inflação de julho medido pelo IGP-M da FGV — 13,22% — e da constatação de que — como disse o ministro Passarinho — “acabou a mágica” das contas do governo, que passou a admitir um déficit de 2% do PIB no final do ano. Para complicar, o clima na área externa, que parecia ter melhorado, voltou a ficar carregado depois dos últimos arroubos terceiro-mundistas do presidente Collor, que culminaram com o destampatório contra o “servicial” do FMI.

Esse novo quadro aumenta a responsabilidade dos deputados e senadores neste segundo semestre do ano. Tudo o que o governo Collor precisará fazer para tentar conter a inflação e alterar as expectativas dos agentes econômicos internos e externos passa, necessariamente, pelo crivo do Legislativo. Não há nada que o governo possa fazer de mais substancial para arrumar definitivamente as finanças públicas e reanimar a economia que não dependa da aprovação do Congresso.

A eliminação do déficit público depende de uma ampla reforma tributária que aumente a receita da União — sem aumentar a carga tributária para a sociedade — e da redução das despesas do governo.

Essa reforma implica, inicialmente, em alterações na Constituição para permitir, além da redução do número de impostos, mudanças na divisão da receita tributária entre a União, os Estados e os municípios e a transferência para governadores e prefeitos de algu-

mas obrigações que hoje estão sob responsabilidade do governo federal. O presidente Collor está criando comissões de técnicos oficiais e especialistas da área privada para propor as reformas, mas a palavra final será do Congresso Nacional. Além disso, o governo precisará dispor de um Orçamento austero no próximo ano, sem concessões ao paternalismo e ao fisiologismo, e a primeira amostra dada pelo Congresso no primeiro semestre, na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não foi das mais alentadoras. Sem esses instrumentos, será impossível asfixiar definitivamente o monstro inflacionário.

Na questão da reativação da economia, que depende, em primeiro lugar, da atração de capitais estrangeiros, o governo também está nas mãos do Congresso. O ponto de partida será o acordo com o FMI e o acerto com as agências internacionais de crédito e os bancos privados. Mas os investimentos estrangeiros só voltarão a se interessar pelo Brasil quando o capital estrangeiro voltar a ser bem tratado no País e as regras internacionais forem respeitadas. Um dos pontos básicos — e que o governo quer alterar nesse segundo semestre — é a lei de remessa de lucros, o que implica outra alteração da Constituição. Outro ponto importante é o fim da pirataria de patentes na área química e farmacêutica, proposta no novo Código de Propriedade Industrial ainda não votado pelos deputados e senadores. Criar obstáculos à privatização e à desregulamentação das atividades econômicas, como o PT ameaça fazer agora no caso das telecomunicações restritas, também afugenta os investidores externos.

Num sistema democrático, o máximo que o Executivo pode fazer é propor as políticas que ele considera apropriadas. Quem transforma essas propostas em leis e em programas de governo é o Congresso. Se o Brasil não conseguir superar a crise em que está mergulhado, a culpa maior será do Congresso.